

Malan confirma empréstimo

Dívida externa

JORNAL DO BRASIL

25 MAR 1999

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que o país deverá receber no fim deste mês US\$ 8,6 bilhões referentes a mais uma parcela do acordo feito com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Serão US\$ 4,6 bilhões do FMI. Malan não disse quanto virá do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e do Banco do Japão. Técnicos do governo dizem que a cota do BIS ainda não tem data para sair. O ministro garantiu que os termos do acordo com o BIS não precisarão ser submetidos ao Senado porque “não sofreram mudanças”.

O Senado teve que analisar o acordo internacional – de US\$ 41,5 bilhões – por causa dos empréstimos do BIS. Os empréstimos do FMI são considerados “trocas de moedas” porque o Brasil é membro do Fundo. En-

tretanto, como o BIS condicionou seus empréstimos ao aval do FMI, tanto os textos fechados com o Fundo quanto os contratos com o BIS tiveram que passar pelo Senado.

Malan disse ontem que só foram feitas “adequações” no acordo anterior ao regime de flutuação cambial. O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), presidente da CAE, disse que a Comissão de Constituição e Justiça vai analisar se estas adequações terão ou não que ser submetidas ao Senado.

O ministro da Fazenda criticou parlamentares, imprensa e outros setores da sociedade que, segundo ele, tratam qualquer número macroeconômico divulgado pelo governo como uma “imposição” do Fundo. De acordo com o ministro, isto está acontecendo agora com as discussões sobre salário mínimo. “Isto não é matéria de FMI. Não há percentual de reajuste acertado com o FMI. O Fundo só quer saber se o que vamos fazer é compati-

vel com o que prometemos”, disse. O ministro não quis adiantar, porém, quais são as hipóteses de trabalho do governo para este reajuste.

Em outro momento da palestra, Malan disse que o salário mínimo aumentou 100% ao longo do Plano Real, uma elevação muito superior à inflação acumulada. Segundo o ministro, é importante verificar os ganhos reais do mínimo e não os valores nominais. “Em julho de 1993, quando eu era presidente do Banco Central, a moeda era o cruzeiro e o salário mínimo valia Cr\$ 4.680.930. O poder de compra deste total, porém, era o mesmo dos R\$ 64,79 aos quais ele foi convertido”, lembrou.

Os senadores também questionaram Malan sobre a projeção de um superávit de US\$ 11 bilhões na balança comercial deste ano, quando os últimos resultados têm sido desanimadores: apenas US\$ 46 milhões de saldo nas três primeiras semanas de março.